



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

DILEMAS DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

SÉRGIO PEREIRA ANDRADE

BELO HORIZONTE, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

DILEMAS DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

Sérgio Pereira Andrade

DILEMAS DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho de conclusão de curso apresentado em _____ de novembro de dois mil e treze, como requisito necessário para obtenção do título de especialista em gestão escolar, aprovado pela banca examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. UFMG

Profa. Denise França Stehling (orientadora) – UFMG

Sérgio Pereira Andrade

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo fazer uma análise crítica do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, situado na comunidade de Rubim – MG, especificamente sobre o eixo “Processos de Decisão”. Foram estudados os processos decisórios elencados no Projeto Político Pedagógico, com o objetivo de diagnosticar as possíveis falhas na elaboração do mesmo. Por fim, levanta-se possíveis saídas e estratégias para a quebra de paradigmas enraizados na cultura da comunidade, sob o prisma da gestão democrática.

Palavras-chave: gestão democrática, cultura de participação, participação popular

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 5 |
| 1. DILEMAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA..... | 6 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 11 |
| REFERÊNCIAS | 13 |
| ANEXO..... | 14 |

Projeto Político Pedagógico Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz

INTRODUÇÃO

A iniciativa de trabalhar com a temática Gestão Democrática surgiu do interesse despertado após a palestra da Professora Rosimar de Fátima Oliveira, realizada durante o encontro presencial na UFMG, ocorrido em Belo Horizonte, em janeiro de 2013, na sala Ambiente Projeto Vivencial. A professora discorreu sobre “O Projeto Político Pedagógico com uma convivência democrática” e em suas reflexões, automaticamente, oportunizou uma comparação com os processos de decisão da Escola Estadual de Ladainha, escola onde o Projeto Político Pedagógico (PPP), anexo deste trabalho, foi construído.

Inserido no grupo de trabalho que tinha como objetivo analisar o PPP da Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, situada em Rubim/MG, iniciou-se o desafio de entender o contexto da cidade, no que se refere à participação popular, com atenção especial aos processos de decisão no âmbito escolar.

Para estudar o PPP e fazer uma análise crítica seria necessário conhecer a cidade, o ambiente escolar e o contexto sócio-econômico dos atores envolvidos. Para isso, a gestora, os alunos e os professores da escola foram entrevistados. Utilizando essa metodologia, o grupo de trabalho redesenhou e reescreveu o Projeto Político Pedagógico.

Este trabalho, trata-se, de uma análise crítica do Projeto Político Pedagógico da E. M. Cel. Melvino Ferraz, especificamente sobre o eixo “Processos de Decisão”, tendo o objetivo de diagnosticar os equívocos presentes na elaboração do PPP e apontar, embasado em referências e leituras do curso da Escola de Gestores, os possíveis caminhos para que a referida escola possa construir coletivamente o seu PPP, dando ênfase ao papel do gestor e analisando a atuação dos atores da escola.

Há outros objetivos mais específicos, como descrever o papel do gestor escolar na condução dos processos de decisão da escola e ainda analisar a atuação dos atores (pais, alunos, funcionários da escola e da Secretaria Municipal de Educação) nos processos decisórios da escola. Ao final, espera-se conseguir traçar estratégias em busca de uma participação mais efetiva da comunidade escolar nas decisões da escola.

1. DILEMAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Na atual conjuntura brasileira, transparência e gestão participativa são expressões vulgarizadas por muitos nas esferas políticas e por muitos gestores da educação, isso tem sido entendido de forma equivocada. Tais conceitos têm o entendimento pacífico nas legislações, conferências e fóruns sobre educação. Maior transparência na aplicação dos recursos públicos, maior qualidade na educação, estão nas pautas das manifestações populares.

Portanto, é oportuno que se discuta um novo modelo de administração das escolas. Cercear da comunidade escolar o direito de participar ou opinar sobre as ações administrativas e pedagógicas, sob qualquer pretexto, é desrespeitar a Constituição Federal Brasileira. Essa destaca em seu artigo 206, VI, que o ensino será ministrado sob o princípio da gestão democrática.

Ao evidenciar essa falha na participação de alguns atores da educação, nos processos de decisão da escola, e sem esta coletividade construindo os interesses de todos, faz-se necessário a quebra de paradigmas enraizados na cultura escolar nos dias atuais. FRIGOTTO (2000, p. 26), ao analisar historicamente as relações sociais, na perspectiva das classes dominantes, lembra que ao grupo de trabalhadores, cabiam, somente, habilidades técnicas para o trabalho, deixando para a elite capitalista a função de se pensar a educação para responder às suas demandas.

Da mesma forma, analisando a prática dos processos decisórios da escola, nota-se que há um distanciamento, entre a escola e a comunidade em que ela está inserida.

A dificuldade de conceituar “gestão democrática” aplicada à Educação no Brasil, é pontuada por SOUZA (2005, p. 15-22) “como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola.”

Nesse sentido, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, em Rubim, tem deixado a desejar quando se trata da participação efetiva da comunidade escolar nos processos de decisões. Como observa BARRETO:

[...] São poucos os pais que comparecem às reuniões convocadas e as decisões aprovadas servem, muitas vezes, tão somente para dar mais força à medida que o corpo docente já adotou, ou quer adotar, ou que a direção quer tomar. Essas reuniões não refletem, de fato, um processo de discussão e envolvimento mais amplo. (BARRETO, s.d., pg. 2)

Convocados esporadicamente para reuniões, os atores externos da escola, não se envolvem de maneira efetiva, por haver na escola uma cultura de não pertencimento, já que grande parte das decisões, inclusive o processo de escolha dos gestores escolares, elaboração do calendário, definição do currículo e ações referentes à administração financeira, são induzidos pela administração municipal, desmotivando assim, os agentes escolares (pais, alunos e profissionais da escola) a participarem mais ativamente de reuniões com a pauta fechada.

Tais evidências podem ser observadas no PPP, no eixo “Processos de Decisão”, o qual discorre que “...as decisões de ordem administrativa e pedagógica são tomadas pela equipe gestora da escola: direção, supervisão e diretoria pedagógicas em conformidade com as orientações da Secretaria Municipal de Educação...” Conforme trecho extraído do Caderno: Ministério da Educação e Cultura (2004, p. 39):

[...] O sentimento de pertença da escola a todos os cidadãos a quem ela requer a identificação ao seu projeto educacional. Se a participação requer compromisso com o projeto educacional coletivo, o compromisso advém desta identificação, deste sentimento de pertença. As pessoas somente se comprometem com aquilo em que acreditam, com aquilo que lhes diz respeito, que faz sentido para suas vidas. (BRASIL, 2004, p.39)

Nesse contexto, nota-se a falta da participação da comunidade escolar nos processos decisórios de uma escola. BENEVIDES (1996 p.1) pontua a influência do regime militar no Brasil (1964-1985). Para a autora, o nosso país viveu um período em que houve redução de direitos de cidadania e minimização da atividade política. Isso é o que leva, até hoje, a população a se envolver pouco em decisões colegiadas.

Para Benevides (1996, p. 2 *apud* TEIXEIRA, s.d), “[...] escola paternalista, destinada a educar os governados, os que iriam obedecer e fazer, em oposição aos que iriam mandar e pensar[...].” pode-se afirmar que o ambiente escolar na E. M. Cel. Melvino Ferraz, ainda sofre influências do “coronelismo”, termo que explica como a política era controlada por “coronéis”, títulos que ricos fazendeiros recebiam, e que no vale do Jequitinhonha, como em grande parte do Brasil, sua influência era quase

inquestionável. Nesse ambiente onde o povo sempre foi educado a obedecer quem ostentava patentes obtidas por influência política, ter uma cultura de participação popular é mais difícil.

No PPP da escola, fica claro que “a gestão democrática plena não está estabelecida”, pois dentre outros aspectos, notamos que desde a escolha do gestor, indicado pelo prefeito, até as decisões de ordem administrativa e pedagógica são tomadas pela equipe gestora, excluindo-se dela, pais, alunos e educadores.

Cabe ao gestor dinamizar os processos decisórios no ambiente escolar, promovendo a construção da autonomia, envolvendo toda a comunidade nos planejamentos pedagógicos, financeiros e administrativos. Um bom início para essa promoção da autonomia, seria a efetiva construção coletiva do PPP da escola.

Nesse sentido, VEIGA (1998, p. 9-32) destaca três movimentos básicos para a construção coletiva do PPP. Ao diagnosticar conflitos e contradições, apreende-se o movimento interno da escola e define-se onde é prioritário agir. A autora define esse movimento como “Ato Situacional”. Sem utilizar tal metodologia, a gestão da E. M. Cel. Melvino Ferraz, tem feito diagnósticos sem o devido cuidado, levando em consideração apenas as impressões dos funcionários deixando de analisar questões que vão da compreensão da sociedade atual às principais dificuldades da escola.

O segundo movimento inicia-se partindo do diagnóstico. A escola discute e define suas concepções de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem, definindo como as prioridades devem ser trabalhadas. Este é o “Ato Conceitual”. Porém, na escola, há uma crença de quem trabalha com a educação conhece seus educandos e suas famílias, ignorando este movimento.

Como agir, Oliveira (1998, pg 0.2 *apud* VEIGA, s.d) define como “Ato Operacional”. Nesse movimento são elencadas as atividades a serem desenvolvidas na escola para mudar a realidade. As atividades consistem em tomar decisões objetivando atingir as metas acordadas coletivamente. Como cada escola apresenta um contexto particular, cabe aos membros dos conselhos escolares definirem sobre a operacionalização das ações necessárias para diagnosticar problemas e traçar metas factíveis.

Para Veiga, é importante a avaliação contínua das ações, ou seja, isso requer o acompanhamento de todos os atos citados pela autora. Apesar de reuniões constantes previstas no calendário escolar, a escola ao perder a oportunidade dos dois primeiros movimentos, compromete o operacional, pois executam o que foi

planejado sem a participação da comunidade e sem a devida sistemática dos movimentos.

Atualmente todas as escolas, têm espaços preestabelecidos para discussões, quer sejam em reuniões pedagógicas, conselhos de classes ou assembleias escolares.

Para PENIN (2001, p. 106), as discussões sobre a valorização do poder criativo do sistema escolar devem ser levadas em consideração, pois, professores, de maneira geral, pensam que o ensino de suas aulas, o relacionamento com pais e alunos, são coisas rotineiras.

PENIN (2001, p. 102) pontua ainda, que os professores não percebem que estão fazendo história e construindo cultura. Produzem “novos modos de vida humana e assim, recriam a cultura geral”. Porém, as influências recebidas por pessoas ou grupos sempre se dão em uma via de mão dupla. Por isso, o gestor pode contribuir criando espaços em que os docentes tomem posse de ações transformadoras, mesmo que tais ações sejam divergentes e tensas.

Divergências e tensões “mantêm em movimento as sociedades e a cultura que nelas desenvolve” (PENIN, 1998, p. 102). Isso porque “as verdades” praticadas por setores da sociedade (igrejas, políticos, ciência) ou até mesmo as praticadas por grupos específicos como a escola precisam passar pelo julgamento e pelo “sim” dos atores da sociedade, no caso da escola por pais, alunos, funcionários e professores.

PENIN (2001, p. 102), considera que toda comunidade escolar é influenciada tanto pela cultura geral, da sociedade como um todo quanto pelo que passa na vivência e na realidade que a cerca, que também pode ser entendida como cultura específica (escolar). A partir dessas influências, os atores da educação, passam por um processo de reflexão, o que resulta muitas vezes num processo de criação de novos processos. Assim, a escola teria em seu ambiente “sujeitos e agentes da cultura e da história”.(PENIN, 2001, p. 102)

É primordial que gestão da E. M. Cel. Melvino Ferraz promova no ambiente escolar reflexões dos envolvidos, buscando tomar decisões que deem forma a escola desejada, desde as referentes ao currículo, passando pelas relacionadas às aulas e às metodologias e até mesmo as relativas à gestão escolar. Para isso, é necessário que os profissionais da escola e os gestores municipais acreditem que todos os atores da educação possam contribuir para uma escola mais democrática.

E que a comunidade escolar seja estimulada a participar, ou seja, que ela sinta que pode e deve ajudar nos processos decisórios da escola.

O gestor pode então, influenciar, cativar, atrair, encorajar a comunidade, pais, alunos, profissionais da educação, a entrarem nesse movimento, o que levaria numa identificação da comunidade com a escola. Recebendo e criando influências todos terão o sentimento de pertencimento nas decisões escolares e conforme as características desta comunidade e dos funcionários da escola, ela pode se transformar em polo de desenvolvimento da própria comunidade. Seguindo os atos citados por Veiga (1998, p.2), Situacional, Conceitual e Operacional, a escola estaria no caminho para este desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração toda literatura estudada, percebe-se um consenso nos estudos sobre gestão democrática: a participação da população no controle social, tende a aumentar a qualidade da educação.

Porém, BARRETO (s.d. p. 5) adverte que o aumento de intensidade da participação popular não deve servir de pretexto para difundir a ideia de que somente a escola é responsável por resolver todos os seus problemas com recursos próprios sem o devido investimento público.

De modo geral, uma escola onde não há gestão democrática, "... distante da realidade dos alunos e alheia às aspirações da população não pode fazer pleno sentido para os que a frequentam". BARRETO (s.d.) Assim, na E. M. Cel. Melvino Ferraz, como já citado, cita em seu PPP que "... a gestão democrática plena não está estabelecida, pois algumas questões ainda são decididas no interior da escola...", o que nos leva a crer que há um evidente problema de gestão democrática.

Tratado de forma superficial na LDB, no seu artigo 14, o termo gestão democrática, determina a participação de profissionais da educação e da comunidade escolar.

Apenas por este artigo, os processos decisórios da Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, se mostram deficientes. Como pontua OLIVEIRA:

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, além da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola. (OLIVEIRA, s.d p. 2)

BARRETO (s.d.) pontua que devemos insistir na participação da comunidade nos processos de decisão da escola justamente para compartilhar com educadores a tarefa de pensar as soluções de problemas corriqueiros a situações de abandono, repetência dos alunos. A autora ainda considera que um ambiente escolar deve ser acolhedor, e que as histórias de vida dos pais, alunos e servidores da escola podem e devem ser aproveitados para se mergulhar fundo nos conteúdos ensinados. Essa estratégia de acolhimento pode e deve gerar discussões e alterações dos currículos

adotados pela escola. Os saberes da comunidade inseridos no currículo da escola geram maior interesse e comprometimento dos pais e alunos.

De posse de todo conhecimento obtido nesse estudo, pode-se dizer que pensar a gestão da escola sem considerar a cultura dos agentes da educação é desperdiçar uma valiosa oportunidade de envolvê-los.

Não se esquecendo que o processo de construção do PPP é contínuo e permanente, e que a escola deve buscar sempre a participação de toda comunidade nesse enriquecimento. Toda escola é um espaço próprio para a tarefa educativa. Atuam nela profissionais cujo trabalho está ligado à transmissão da cultura. Inserida num todo social amplo e complexo, há consenso que embora seja dirigida por uma equipe gestora, a educação e os processos decisórios nela implícitos são tarefas coletivas de toda sociedade.

Em suma, a escola não pode ficar às margens do contexto das comunidades em que se insere. Uma escola identificada pela cultura da comunidade possui força para influenciar na cultura da cidade. Dependendo das características dessa comunidade e as intenções dos profissionais da escola, ela pode se transformar em um pólo de desenvolvimento da própria unidade comunitária.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **A participação na escola: contribuições para melhoria da qualidade na educação.** Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 25-09-2013.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação para a democracia.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa>> Acesso em 25-09-2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Conselho Escolar: estratégia de gestão democrática.** Trecho extraído do Caderno: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 18-05-2013

_____. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao> Acesso em 20-09-2013.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.** Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília – 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 4 ed. São Paulo: 2000, p. 26.

OLIVEIRA, João Ferreira de, et al, **A construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola.** Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>> Acesso em 25-11-2012.

PENIN, Sônia Terezinha de Souza, VIEIRA, Sofia Lerche - **Progestão: como articular a função social da escola com as especificidades e demandas da comunidade?** Módulo I, 1ed. Brasília, DF: CONSED: Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001. 102-106 p.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática na escola.** Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>> Acesso em 20-09-2013.

VEIGA, I. P. A. – **Perspectivas para a reflexão em torno do projeto político-pedagógico.** IN: RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de & VEIGA, Ilma Passos Alencastro (orgs.) Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papyrus, 1998, pp. 09-32.

ANEXO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



ESCOLA MUNICIPAL CORONEL MELVINO FERRAZ

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**MARIA SILMA GOMES DA SILVA
MARILENE CAITANO REIS ALMEIDA SOARES
ROSINAN CAIRES PEREIRA
SÉRGIO PEREIRA ANDRADE**

RUBIM, 2013



ESCOLA MUNICIPAL CORONEL MELVINO FERRAZ

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).



SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 03 |
| 1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO | 05 |
| 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | 07 |
| 2.1. Estrutura Organizacional Administrativa | 08 |
| 2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica | 11 |
| 3. CURRÍCULO | 13 |
| 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES | 18 |
| 5. PROCESSOS DE DECISÃO | 20 |
| 6. RELAÇÕES DE TRABALHO | 21 |
| 7. AVALIAÇÃO | 23 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 26 |
| REFERÊNCIAS | 28 |

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, integrante da rede municipal de ensino, está localizada à Rua dos Guaranis, 310, no Bairro Guaraná na cidade de Rubim, Minas Gerais.

Fundada em 08 de março de 1966 e ofertando inicialmente o ensino de 1ª a 4ª série, através do decreto de Lei nº 8178, de 22 de fevereiro de 1965 a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz que recebeu este nome como forma de homenagear um ilustre morador do município, passou atender seus primeiros alunos.

Pela portaria do Diário Oficial de Minas Gerais de 20 de janeiro de 1966, foi autorizado o seu funcionamento como instituição escolar. Em 1998 foi municipalizada, tendo em vista o disposto na Constituição Federal sobre a divisão das responsabilidades educacionais com os municípios.

Sob a jurisdição da Superintendência Regional de Ensino de Almenara da qual recebe orientações para funcionamento devido à rede municipal não possuir sistema próprio, e tendo a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Rubim como entidade mantenedora, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz presta serviços educacionais nos turnos matutino e vespertino nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Atualmente, atende novecentos e quarenta alunos em regime regular, sendo que, cento e cinquenta desses permanecem na escola em tempo integral. Para atender a esse público a escola conta com dezessete professores nos anos iniciais, quinze nos anos finais, quatro especialistas, um diretor pedagógico, dois auxiliares de secretaria, duas bibliotecárias, dois professores eventuais, dois vice-diretores e dezoito serviçais. Os alunos que permanecem em tempo integral contam com um coordenador e dez monitores de apoio às oficinas.

Os alunos atendidos são, em sua maioria, oriundos das áreas periféricas da cidade, filhos de pequenos comerciantes, funcionários públicos das redes estaduais e municipais, pequenos agricultores. A maioria das famílias tira o seu sustento do mercado de trabalho informal, fato que se constata pela falta de oportunidades de empregos fixos na cidade e pelo alto índice de analfabetismo.

Assim sendo, a escola procura minimizar essa carência oferecendo dentro de suas possibilidades o acesso dos alunos a apresentações artísticas; danças,

músicas, esportes, gincanas culturais, rua de lazer; dinâmicas motivacionais, projetos interdisciplinares, palestras, festas regionais, passeios, Programa Saúde na Escola; Educação em Tempo Integral, tudo isso dentro de uma perspectiva inovadora e, sobretudo de uma escola que mesmo diante de dificuldades procura ser inclusiva.

Parte do alunado é adjacente do campo, tendo o transporte disponibilizado pela SME para a sua locomoção de casa para a escola, porém, no período chuvoso há interrupções no transporte por falta de pavimentação nas vias do campo, comprometendo assim a frequência dos alunos e, conseqüentemente, sua aprendizagem.

Desde 2012, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde a escola aderiu ao Programa Saúde na Escola, desenvolvendo o mesmo com a comunidade escolar com o objetivo de sanar alguns problemas básicos de saúde existentes como obesidade infantil, desnutrição, cárie dental, deficiência visual e auditiva. Quando um destes problemas é identificado, a escola por meio dos profissionais da saúde que trabalham no programa encaminha o respectivo aluno para tratamentos mais específicos.

Diante do exposto, fica claro que o papel de liderança do gestor torna-se cada vez mais complexo à medida que ele assume o seu papel de articulador principal do processo de construção da Proposta Político Pedagógica, que segundo Azevedo (2010), é o documento que dá sentido ao trabalho escolar, bem como mostra o papel da escola e dos professores na construção de uma educação de qualidade social.

Sabe-se ainda que há muito o que ser feito para que a cada ano, ao ser revisado, o Projeto Político Pedagógico assuma seu real significado que se pauta no princípio democrático de participação, pois a participação dos pais e da comunidade é pouco significativa em termos numéricos, mas aqueles que se dispõem a participar o fazem com muito empenho por compreenderem, que as mudanças só ocorrerão com a participação de todos aqueles que utilizam a escola não somente como um local onde se aprende a ler e a escrever, mas um lugar especial em que os seus filhos estão aprendendo a serem participativos, críticos e mais preparados para os desafios da vida em sociedade.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico se deu de forma tranquila com a participação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, porém a

participação das famílias dos alunos foi bem tímida. Levando-se em consideração o quantitativo de 960 alunos a participação dos pais poderia ter sido mais consistente, quando compareceram apenas 200 pais, porém os que se dispuseram a ir deram contribuições muito valiosas.

Portanto este documento representa a alma da Escola, pois quando se pensa em democratização da gestão do ensino depara-se com a necessidade de ampliar os espaços de diálogo onde todos, famílias, alunos, cidadãos da comunidade e servidores possam sugerir e propor, não ficando apenas resumido à participação de pequenos grupos que representam a coletividade.

1 – FINALIDADES DA ESCOLA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) em seu artigo 2º, página 01, define que a Educação Básica tem por finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. É claro para todos, que a lei sozinha não encerra em si a possibilidade de mudar uma realidade, mas quando se esforça em conjunto: pais, comunidade e demais servidores da instituição, estabelece-se referenciais para uma ação transformadora.

A Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz tem como missão desenvolver mecanismos para melhorar a formação do alunado, desenvolvendo competências para criticar, participar e enfrentar a sociedade em que vive, preparando-os para o exercício da cidadania, oferecendo um ensino de qualidade, atendendo as especificidades de cada aluno e necessidades regionais num processo que se desenvolve “nos diversos momentos da prática pedagógica, ou seja, no ato de ensinar, nas lutas políticas, no planejamento, na organização pedagógica da escola, na gestão, na relação com a comunidade”, conforme Dourado (1998, p.90).

Para Grosbaun (2001, p.19) a concepção de ensino aprendizagem está fundamentada no sociointeracionismo, o qual entende que nos tornamos sujeitos humanos somente com a interação com outros seres humanos. Assim, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, compreende que o conhecimento é construído nessa interação do sujeito com o meio social e esta escola tem papel central na

promoção da construção desse conhecimento, garantindo o saber sistematizado necessário ao exercício da cidadania plena.

É sob esse olhar que a escola alicerça seu trabalho pedagógico, formando o ser humano, além do processo tradicional, buscando assumir uma dimensão maior e essencial em trabalhar com as crianças e adolescentes os aspectos relacionados à afetividade, à formação da cidadania, ética, sexualidade e moralidade; buscando interferir no processo histórico de forma positiva e na vida de todo o alunado, fazendo cumprir o seu papel na sociedade em que está inserida.

Há entre os profissionais da educação um discurso sobre a baixa qualidade da educação brasileira de um modo geral, mas é preciso que a escola contribua para desenvolver no alunado as capacidades necessárias ao exercício da cidadania com liberdade. A compreensão do conceito do que vem a ser qualidade da educação deve se dar de forma ampla, já que são amplos os elementos a serem considerados ao identificá-lo ou mensurá-lo. O processo educativo, que é um fenômeno complexo, é uma das práticas sociais mais importantes para a humanidade e não poderia deixar de sê-lo para a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz que estabelece assim suas finalidades:

- Promover o acesso ao uso das novas tecnologias, pois se vive em tempos de extrema utilização dos mecanismos que facilitam a apreensão de informações, ficando a instituição escolar com a incumbência de estimular os processos de transformação destas informações em conhecimentos. Dourado (2010, p.10) afirma que “é necessário dotar as escolas com suporte tecnológico que permita transmitir aos educandos novas habilidades na aquisição de informações e conhecimento.” Nessa perspectiva, entende-se que o trabalho pedagógico ao envolver as novas tecnologias promove a diminuição das desigualdades sociais, trazendo equidade para a vida dos educandos, pois contribui para que eles tenham igualdade de oportunidades.
- Garantir o direito à formação global, considerando as dimensões crítica, social, ética, ambiental e cognitiva, possibilitando ao educando conhecer e intervir em sua realidade social.
- Efetivar condições e possibilidades de acompanhamento e participação dos pais, responsáveis e comunidade em geral no processo educacional. Mesmo enfrentando problemas inerentes ao desenvolvimento dessa prática, a escola tem avançado no sentido de trazer a comunidade escolar a uma maior participação nas

decisões, seja em reuniões de pais e mestres, conselhos, assembleias, apresentações de projetos, participação na reelaboração do PPP, fazendo com que a gestão assuma características de democracia necessária ao crescimento da mesma. Essa concepção fundamenta-se no que diz Dourado (2010, p.07) que “a visão dos agentes escolares e da comunidade sobre o papel e as finalidades da escola e do trabalho nela desenvolvido” reflete em seu conceito de qualidade. Entendemos que fortalecendo as instâncias de participação, fortalece-se a escola que passa a ter as características e desejos dos seus usuários que, tendo motivos para escolhê-la como instituição a qual confiam seus filhos, possam ainda contribuir para estabelecer uma escola de qualidade.

- Oferecer boas condições de trabalho e formação a professores e funcionários sendo que Dourado (2010, p.07) diz que “a qualidade da escola implica a existência de insumos indispensáveis, de condições de trabalho e de pessoal valorizado, motivado e engajado no processo educativo.” Entretanto, embora muitos esforços estejam sendo empregados para atingir padrões mínimos de qualidade, ainda não dispomos das condições necessárias para um trabalho pedagógico eficaz.

Apesar do exposto, a escola vem melhorando os resultados das avaliações sistêmicas, como o SIMAVE que também tem seus resultados vinculados ao conceito de qualidade.

De modo geral, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz tem buscado definir e implementar uma educação de qualidade que dê mais ênfase ao processo que ao produto, certos de que os frutos colhidos dependerão desta visão de que o ser humano em formação apresenta-se em sua totalidade e não em partes, organizando assim seu trabalho escolar de modo a atingir estas finalidades.

2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional de uma escola compreende dois tipos básicos de estruturas: a administrativa e a pedagógica. Apesar de assim serem organizadas, muitas vezes uma perpassa o campo de atuação da outra, o que não é prejudicial já que, apesar de distintas elas se complementam.

Não se pode falar em qualidade da educação sem se pensar em estrutura organizacional, já que a forma como a escola se organiza é fundamental à consecução do fim que se pretende atingir. Dessa forma, pode-se inferir que se a escola preza pela qualidade ela deve ter coerência em sua forma de organizar-se administrativa e pedagogicamente para atingir os objetivos educacionais pelos quais ela trabalha.

2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A Escola Municipal Cel. Melvino Ferraz tem um bom padrão de construção em alvenaria, porém como o prédio é muito antigo, não atende às demandas de sua atual clientela. O prédio construído para atender cento e cinquenta alunos, atende hoje a mil e cem e, apesar de ter vários dos seus espaços ampliados, alguns como os banheiros, continuam da mesma forma e com a mesma capacidade.

As instalações elétricas também são inadequadas, visto que na época de sua construção a escola não contava com a quantidade de eletroeletrônicos e iluminação que hoje são necessários ao seu funcionamento. A escola é toda murada, porém os muros são baixos, não estão em bom estado de conservação, apresentando-se sujos, sem pintura, além de não possuir cobertura que proteja alunos e pais das intempéries enquanto aguardam para entrar.

O espaço físico da secretaria não atende às demandas da escola, por isso parte da documentação da escola está distribuída em outros locais dentro da instituição. A secretaria possui dois computadores, armário de aço, sete escaninhos, quatro mesas, duas impressoras e um projetor multimídia.

A infraestrutura da Biblioteca também está inadequada para o funcionamento de atividades extraclasse, por não comportar nem mesmo uma turma completa por vez adequadamente e, além disso, o acervo é bem restrito com um número aproximado de trezentos e cinquenta exemplares em estado aceitável para utilização.

A sala de professores, com apenas um sanitário, é pequena e sem ventilação, obrigando os mesmos a guardarem seus materiais em outras instalações. O pátio é amplo, mas não é adequado ao número crescente de alunos. Atualmente é

insuficiente tanto para atividades recreativas quanto para as apresentações dos trabalhos desenvolvidos.

O refeitório não apresenta espaço nem condições ideais para alunos do ensino regular. Contudo, atende satisfatoriamente os alunos que permanecem na escola em tempo integral que são cento e cinquenta. A cozinha atende aos padrões de higiene e salubridade. Os alimentos são armazenados em almoxarifados supervisionados pela nutricionista do Município. A cozinha é composta por um fogão industrial, um forno industrial, uma geladeira, dois freezers, duas pias e uma despensa. No refeitório há uma bancada de *self service* em inox, um bebedouro que fornece água gelada. Ele conta ainda, com dez mesas e vinte bancos onde são servidas as refeições dos alunos do tempo integral e dos anos finais do ensino regular, sendo que os alunos dos anos iniciais recebem o lanche e voltam para a sala de aula para fazerem a refeição devido à falta de espaço. A merenda oferecida aos educandos é de boa qualidade, sendo que o cardápio escolar é elaborado por uma nutricionista que agrega ao mesmo produtos regionais frescos adquiridos através da agricultura familiar. Os recursos para obtê-la vêm através do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE que através da Resolução 38/2010 define as formas de utilização dos recursos define também que 30% destes devem ser destinados às compras da agricultura familiar.

Além dos recursos destinados à aquisição da alimentação a escola recebe ainda, recursos financeiros do FNDE que são: PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola e o PDE- Programa de Desenvolvimento da Educação direto no Caixa Escolar Walmir Almeida Costa. Esses recursos destinam-se à aquisição de mobiliário, equipamentos, manutenção, ampliação, construção, bem como compras de materiais de consumo. A aplicação destes recursos é norteadas pelas disposições contidas no Decreto Estadual nº 45 085/09 e a Resolução de SEE nº 2245 de dezembro de 2012. Além disso, os profissionais da educação, Colegiado e Conselho Fiscal são consultados sobre as necessidades da escola, fazendo com que o recurso seja utilizado da maneira para a qual foi destinado.

A escola possui ainda um laboratório de informática com acesso à internet com vinte computadores funcionando satisfatoriamente, proporcionando a execução de práticas de informática. A escola também dispõe de cem net books para o trabalho com os alunos do tempo integral.

As dezenove salas de aula da escola oferecem boas condições de iluminação e ventilação, mas existem algumas que precisam ser reformadas, pois a pintura já está bastante desgastada.

O espaço para a prática de Educação Física é cedido pelo Município e por uma escola estadual vizinha em quadras que não pertencem à escola, ambas localizadas em ambientes onde há necessidade de deslocamento dos alunos que o realizam caminhado duas vezes por semana.

O corpo docente da escola é formado por profissionais com formação superior que trabalham utilizando os seguintes equipamentos: quadro negro, giz, um data show, dois televisores, três aparelho de DVD, jogos, recursos audiovisuais, livros didáticos, vinte micro sistemas, um note book, etc.

O quadro de pessoal é composto da seguinte forma:

| Anos iniciais do Ensino Fundamental | | | |
|-------------------------------------|--------|---------------------|-------------------|
| Ano | Turmas | Nº de Profissionais | Formação |
| 1º | 05 | 05 | Superior Completo |
| 2º | 04 | 04 | Superior Completo |
| 3º | 03 | 03 | Superior Completo |
| 4º | 05 | 05 | Superior Completo |
| 5º | 05 | 05 | Superior Completo |
| Total | 22 | 22 | - |

| Anos Finais do Ensino Fundamental | | | |
|-----------------------------------|--------|---------------------|-------------------|
| Ano | Turmas | Nº de Profissionais | Formação |
| 6º | 04 | 06 | Superior Completo |
| 7º | 03 | 06 | Superior Completo |
| 8º | 02 | 04 | Superior Completo |
| 9º | 02 | 04 | Superior Completo |
| Total | 11 | 20 | |

| Educação Integral | | | |
|-------------------|-----------|---------------------|-------------------|
| Ano | Turmas | Nº de Profissionais | Formação |
| Serviçais | Mat/vesp. | 02 | Superior Completo |
| Monitores | Mat/vesp. | 06 | Superior Completo |
| Professores | Mat/vesp. | 06 | Superior Completo |
| Supervisores | Mat/vesp. | 04 | Superior Completo |
| Coordenador | Mat/vesp. | 01 | Superior Completo |

| Demais Servidores | | | |
|-------------------|-----------|---------------------|-----------------------|
| Função | Turno | Nº de Profissionais | Formação |
| Serviçais | Mat/vesp. | 16 | Ens. Fund. Incompleto |
| ATB | Mat/vesp. | 02 | Superior Completo |
| Vice diretor | Mat/vesp. | 02 | Superior Completo |
| Supervisores | Mat/vesp. | 04 | Superior Completo |
| Bibliotecárias | Mat/vesp. | 02 | Superior Completo |
| Eventuais | Mat/vesp. | 02 | Superior Completo |

2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

No ano de 1998 a escola, mesmo em um contexto de muitas manifestações contrárias por parte de pais e professores, passou a fazer parte da rede municipal de ensino. A municipalização ocorreu em face do exposto na LDB 9394/96 que em seu capítulo 11, inciso V esclarece que os municípios incumbir-se-ão de oferecer prioritariamente o ensino Fundamental. Por não haver sistema de ensino próprio, ela continuou a seguir os parâmetros estabelecidos para as escolas da rede estadual.

A escola oferece Educação Fundamental e desde 2006 pelo Parecer 18/2005 deu a possibilidade aos alunos de seis anos ingressarem nos anos iniciais do ensino fundamental após terem sido devidamente cadastrados conforme sugere a LDB Art. 5º - §1º inciso I que o poder público, na esfera de sua competência, deverá censurar as crianças e adolescentes em idade escolar. Os alunos que, por ventura,

não forem cadastrados gozam do mesmo direito público e subjetivo de ingressar na escola desde que devidamente presente a documentação exigida.

Os alunos são enturmados pela equipe gestora em conjunto com a pedagógica, utilizando como principal critério a idade do aluno. O número máximo de alunos por turma é de trinta e cinco, mas nenhuma turma dos anos iniciais está com este número, já que a escola entende que nos anos iniciais da alfabetização é preciso reduzir este número para poder atender melhor o alunado. A escola utiliza a prática de agrupamentos temporários por tempo preestabelecido onde os alunos com maiores dificuldades ficam agrupados em uma mesma sala e após terem suas dificuldades superadas retornam à sua sala de origem para prosseguir em seus estudos. Este procedimento se aplica prioritariamente aos alunos com deficiência no processo de alfabetização, visto que a Resolução 2197 em seu artigo 60º “Considera que o processo de alfabetização e o zelo pelo letramento são a base de sustentação para o prosseguimento de estudos com sucesso”.

As reuniões para planejamento ocorrem a cada início do ano letivo e após esta data, acontecem semanalmente às segundas feiras, extra turno, às 18:00 horas. Durante esses encontros são repassados recados referentes ao trabalho escolar, decisões são tomadas em conjunto para resolver questões que permeiam o ambiente escolar, são feitas algumas reuniões de pais, preferencialmente aqueles que moram na zona urbana sendo que para os pais oriundos da zona rural as reuniões são realizadas no início do turno de trabalho.

A comunidade escolar reúne apenas uma vez ao ano para atualizar o Projeto Político Pedagógico, tomar conhecimento dos resultados das Avaliações Sistêmicas e saber quais estratégias serão adotadas no PIP- Programa de Intervenção Pedagógica. Devido o grande número de alunos e pela falta de espaço para receber os pais a maioria das decisões é tomada pelo Colegiado Escolar que mesmo tendo representantes de todos os segmentos da comunidade ainda é um número pequeno. O desejo da comunidade escolar é que haja assembleias onde todos possam participar, opinando e propondo sobre o que consideram importante para a melhoria da qualidade da educação ofertada pela instituição escolar.

3 – CURRÍCULO

O currículo da Escola Municipal Cel. Melvino Ferraz é elaborado pela Secretaria Municipal de Educação em conformidade com as orientações dadas pela Superintendência Regional de Ensino. Dia após dia, tem-se buscado a superação, pois de acordo com Lopes (2006), é preciso superar modelos verticalizados das relações entre Estado e escolas, que reservam a estas, papel subordinado de implementação dos currículos organizados sem a participação da mesma.

O calendário escolar é elaborado com a participação da comunidade escolar, que é responsável por verificar o cumprimento dos dias letivos estabelecidos em lei e também propor os dias para culminância de projetos, estudos orientados, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, dias letivos e dias escolares.

Considera-se como dia letivo aquele em que professores e alunos desenvolvem juntos atividades de aprendizagem, independentemente do local onde sejam realizadas e dia escolar aquele no qual são realizadas atividades de caráter pedagógico e/ou administrativo, com a presença obrigatória apenas do pessoal docente, técnico e administrativo.

As atividades escolares realizadas na sala de aula e outros ambientes educativos, para trabalhos teóricos e práticos, necessários à plenitude da ação formadora, serão obrigatórios para todos os alunos com o efetivo registro da frequência do aluno e efetiva orientação do pessoal habilitado.

As aulas previstas no calendário escolar podem ser suspensas somente em decorrência de situações que justifiquem tal medida, ficando sujeitas a compensação do dia letivo e da carga horária correspondente, em comunicação imediata à Superintendência Regional de Ensino através de ofício, assinado pelo diretor e aprovado pelo colegiado.

O tempo escolar é de quatro horas e vinte minutos para os anos iniciais e quatro horas e meia para os anos finais do ensino fundamental, totalizando duzentos dias letivos onde o professor com sua criatividade e seus objetivos, divide a rotina da criança e adolescente em trabalhos dentro e fora da sala de aula. A apuração da frequência deve ser realizada em cada período e/ou ano letivo, observando o disposto na lei n.º 9394/96 e nos pareceres CEE/ MG n.º 1.132/97 e 1.158/99 em que está estabelecido que o aluno deve, obrigatoriamente, participar em pelo menos

75% do total da carga horária prevista. Os alunos que não atingirem esta meta serão reclassificados de modo que eles não tenham prejuízos de aprendizagem.

A escola busca articular o processo da construção do conhecimento, a partir das atividades propostas em Português, Matemática, Geografia, História, Ciências, Artes, Educação Religiosa, Educação Física, Vida Cidadã e Informática de forma interdisciplinar. Considerando a complexidade dos objetivos e a necessidade de sistematizá-los, a escola adota um sistema próprio de classificação e reclassificação conforme Parecer CEE nº 1132/97 de 21/11/1997 e Parecer CEE nº 1158/1998, desde que saiba precisar os níveis de desempenho dos alunos. Dessa forma os alunos que evadiram da escola há muito tempo tem a oportunidade de realizar avaliações que, se positivas, conferem aos mesmos o documento de conclusão dos anos iniciais do ensino fundamental.

Acreditamos que é preciso incluir no cotidiano das crianças a vivência de valores essenciais para a sobrevivência da comunidade, como cooperação, a justiça, o respeito ao próximo e a avaliação do trabalho. E através dos conteúdos e das experiências, que a escola proporciona a construção da aprendizagem sistematizada, tida como desejáveis na formação das novas gerações, desenvolvendo os valores. Os conteúdos são importantes à medida que constituem quesito básico sobre o qual o aluno constrói e reestrutura o seu conhecimento.

As mudanças ocorridas na sociedade em que a escola está inserida colocam o currículo no centro do processo de ensino aprendizagem fazendo com que, mais que somente conteúdos, a serem ministrados o Currículo seja o orientador principal as práticas que garantirão a apreensão do conhecimento. Dessa forma, o currículo, deve levar em consideração a diversidade dos sujeitos com o qual a escola trabalha e, sobretudo, qual concepção de sociedade que se deseja formar.

A organização curricular estabelecida para a escola leva em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que em seu Artigo 26º estabelece que:

Os Currículos do Ensino Fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996, p.11)

Dessa forma o currículo é composto dos conteúdos da Base Nacional Comum: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências, Artes (música), Educação Física e Educação Religiosa nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Língua Portuguesa, Matemática (Geometria), Geografia (Educação Ambiental), História, Ciências, Educação Religiosa, Artes, Educação Física nos anos finais do Ensino Fundamental. Na parte diversificada, os conteúdos que vem sendo implantados são: Língua estrangeira Moderna – Inglês e Vida Cidadã. São também ofertadas aulas de Informática para os alunos dos anos finais como atividade complementar em outro turno e para os alunos da Educação Integral.

Os Temas Transversais relativos à saúde, à sexualidade, à vida familiar e social, direitos das crianças, adolescentes e idosos, educação ambiental, consumo, trânsito, higiene e alimentação estão incluídos e permeiam todo o currículo.

No ano de 2011 foi implantada a Educação Integral no nosso município. A mesma faz parte e está ligada às ações realizadas para apoiar, acolher e auxiliar os alunos com dificuldades no que tange ao ensino bem como, aqueles que necessitam de ajuda no sentido afetivo e de valorização dos mesmos. A Educação Integral oferece oficinas variadas como: capoeira, dança, xadrez, futebol, informática, conto e acompanhamento pedagógico para aqueles com dificuldades de aprendizagem.

Com o objetivo de assegurar aos alunos um processo contínuo de aprendizagem, foi adotado na escola o sistema de ciclos. Ele amplia o tempo que os alunos têm para aprender possibilitando que esses tenham avanços sucessivos na apropriação dos conhecimentos. Assim, ao final de cada ano todos os alunos do Ciclo Inicial e Complementar de Alfabetização deverão ter os seguintes direitos de aprendizagem garantidos:

1º Ano:

- a) desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- c) compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d) ler e escrever palavras e sentenças.

2º Ano:

- a) ler e compreender pequenos textos;
- b) produzir pequenos textos escritos;

c) fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

3º Ano:

- a) ler e compreender textos mais extensos;
- b) localizar informações no texto;
- c) ler oralmente com fluência e expressividade;
- d) produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

4º ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatários e contextos;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

5º Ano

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical;
- b) ler, compreendendo o conteúdo dos textos, sejam informativos, literários, de comunicação ou outros.

Os Ciclos intermediário e de consolidação do Ensino Fundamental aprofundam as competências e habilidades adquiridos nos ciclos anteriores considerando os Conteúdos Básicos Comuns – CBC e devem garantir aos alunos os seguintes direitos de aprendizagem:

- ler, de maneira autônoma, textos de diferentes gêneros, construindo a compreensão global do texto, identificando informações explícitas e implícitas, produzindo inferências, reconhecendo as intenções do enunciador e sendo capazes de aderir ou recusar as ideias do autor;

- utilizar a linguagem oral da Língua Estrangeira moderna como instrumento de Interação sócio comunicativa;

- apreciar e analisar criticamente produções artísticas (artes visuais, dança, teatro e música), estabelecendo relações entre análise formal, contextualização, pensamento artístico e identidade cultural;
- reconhecer o potencial do esporte, dos jogos, das brincadeiras, da dança e da ginástica para o desenvolvimento de atitudes e de valores democráticos de solidariedade, respeito, autonomia, confiança, liderança;
- comparar, ordenar e operar com números naturais, inteiros, racionais, interpretando e resolvendo situações-problema;
- compreender a inter-relação dos seres vivos entre si e com o meio ambiente;
- compreender o processo de reprodução na evolução e diversidade das espécies, a sexualidade humana, métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis;
- compreender o efeito das drogas e suas consequências no convívio social;
- compreender o processo de formação dos povos, suas lutas sociais e conquistas, guerras e revoluções, assim como cidadania e cultura no mundo contemporâneo;
- compreender as formações socioespaciais do campo e da cidade, sua relação com a modernização capitalista, bem como o papel do Estado e das classes sociais, a cultura e o consumo na interação entre o campo e a cidade;
- compreender a religiosidade como fenômeno próprio da vida e da história humana, desenvolvendo um espírito de fraternidade e tolerância em relação às diferentes religiões, refletir sobre os princípios éticos e morais, fundamentais para as relações humanas, orientados pelas religiões, e agir segundo esses princípios.

4 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz considera que há uma forte relação entre tempo e qualidade do trabalho educativo. Pensar sobre como o tempo é utilizado em benefício da aquisição de habilidades necessárias ao desempenho da cidadania, levando-se em consideração as especificidades e as condições culturais dos educandos é uma tarefa que deve ser constante no ambiente escolar.

O Calendário Escolar foi esboçado pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, tendo com amparo legal a Resolução nº 2197 de 26 de outubro de 2012 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. Em seguida ele foi enviado à escola para apreciação, análise e aprovação do Conselho Escolar. O documento estabelece duzentos dias letivos que totalizam oitocentas horas anuais de trabalho divididas em quatro bimestres e com uma jornada diária escolar de no mínimo quatro horas, assegurando a duração da semana letiva com cinco dias.

A escola adota o sistema de ciclos que pressupõe que toda aprendizagem não acontece por etapas e sim de forma cíclica, o que objetiva oferecer aos alunos oportunidades de aprendizagem que considerem o percurso escolar, único, realizado por cada um. Isso não significa que os alunos terão sua progressão de forma automática e sim de forma continuada.

Segundo Bertagna (2003, apud FREITAS, 2004) ,diz sobre isso que: “antes aprovava-se/reprovava-se ao final de cada série, agora se espera que a escola encontre diferentes formas de ensinar que assegurem a aprendizagem dos alunos e o seu progresso intra e inter-ciclos”.

Como já foi dito, a escola funciona nos turnos matutino e vespertino e os alunos do Ciclo Inicial de Alfabetização permanecem na escola por quatro horas e têm intervalo de recreio de vinte minutos que não são contabilizados na carga horária que ao final do ano somam oitocentas horas. Para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental a carga horária diária é de quatro horas e dez minutos por dia, com cinco aulas de cinquenta minutos totalizando uma carga horária de oitocentas e trinta e três horas anuais.

Essa carga horária vem sendo aumentada desde o ano de 2010 com a adesão da escola ao Programa Mais Educação que amplia a carga horária dos cento e cinquenta alunos atendidos para sete horas e meia de permanência na

escola e em ambientes externos onde acontecem as oficinas. O Programa Mais Educação, tem como objetivo ampliar a jornada escolar, com atividades que podem ser desenvolvidas dentro da escola ou, fora dela, em espaços distintos da cidade ou entorno dela de acordo com a Resolução 2197/12, art. 85, página 08. Tudo isso, por entender que a educação acontece em espaços variados e de variadas formas. Os alunos e professores têm férias no mês de janeiro e um recesso de duas semanas em julho.

Além dos dias estabelecidos no Calendário Escolar para Planejamento dos professores, eles ainda dispõem de quatro horas semanais para este fim. Duas horas são utilizadas em encontros que acontecem sempre às segundas-feiras a partir das 18:00 na própria escola e as outras duas horas utilizadas pelo professor para execução autônoma de suas tarefas de trabalho. Há também um tempo para as formações em serviço nos finais de semana, ou seja, em horários que não comprometam a carga horária de trabalho do professor e principalmente do aluno que tem o tempo escolar como um direito que não pode ser negado. Para isso os professores recebem uma bolsa mensal de duzentos reais, cedida pelo governo federal.

O espaço escolar diz muito sobre o que se quer ensinar, pois a escola é espaço de aprendizagem. A sala de aula, a pequena biblioteca, o pátio, as áreas entre as salas, a diretoria, a sala de informática são também espaços de aprendizagem, pois neles acontecem pequenos saraus, momentos de leitura, apresentações, palestras, festas, reuniões de discussão sobre assuntos referentes à escola como um todo, exposição de trabalhos pelos corredores e apresentações durante o recreio. Tudo isso torna o espaço escolar estimulante para novas aprendizagens e diminuição das fronteiras existentes entre tempos e espaços escolares. É importante lembrar que a utilização desses espaços se dá de forma alternada em face do grande número de alunos atendidos.

Nesse sentido, o espaço escolar é sempre avaliado para assegurar condições necessárias para que todos aprendam, afinal é dentro dele que os alunos passam a maior parte do seu tempo. Enfim, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz tem se preocupado com a questão da estrutura física da mesma por compreender que todos os espaços físicos são também pedagógicos e com a questão do tempo, pois é nele que as aprendizagens acontecem. Organizar tempos e espaços para em uma perspectiva de aprendizagens amplas, interdisciplinares que promovam ações

recíprocas entre as disciplinas melhorando a qualidade da ação de ensinar, é o foco do nosso trabalho.

5 – PROCESSOS DE DECISÃO

A administração escolar tem sido um campo de muitas transformações e análises, já que ele se constitui como mola propulsora das relações de convivência e aprendizagem existentes no âmbito escolar. A forma como os processos educacionais são geridos tem estreita relação com o alcance de metas e objetivos estabelecidos.

A gestão democrática estabelecida pela Constituição Federal e em seguida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não está claramente conceituada, pois o que se tem é apenas a definição dos elementos básicos para sua consecução. Sabe-se, porém que, a gestão democrática:

é um processo político, através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da escola. (SOUZA, 2010, p.01).

Na Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz a gestão democrática plena ainda não está estabelecida, pois algumas questões ainda não são decididas no interior da escola. A escolha de diretores é feita pelo gestor maior do município utilizando para isso, os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Carreira dos Servidores da Educação, Lei Municipal 1026 de maio de 2010, que em seu Artigo 23º estabelece que o cargo de diretor de escola seja exercido por servidor ocupante de função ou cargo das carreiras de Professor de Educação Básica e/ou especialista em Educação Básica.

As decisões de ordem administrativa e pedagógica são tomadas pela equipe gestora da escola: direção, supervisão e diretoria pedagógica em conformidade com as orientações da Secretaria Municipal que por não possuir sistema próprio, segue as instruções, da rede estadual para definir algumas questões como: calendário escolar, matrículas, registros da vida escolar e enturmação de alunos, registros da vida dos profissionais da educação, preenchimento de diários de classe, etc.

As questões de ordem financeira relacionadas ao recebimento dos recursos do FNDE: PDE e PDDE são decididas sempre com as sugestões de todos que

trabalham na escola e também do Colegiado Escolar que propõem e sugerem as formas como os recursos devem ser utilizados observando as necessidades da escola e, sobretudo, do alunado. Nesse sentido, o diretor se torna o gestor das relações até que elas culminem em uma decisão que represente a vontade da maioria.

Algumas questões como designação de servidores e contratação dos mesmos, todas as compras que não estejam relacionadas aos recursos enviados pelo FNDE: PDE e PDDE são de competência da SME – Secretaria Municipal de Educação que tem funcionários designados para estas funções, mas que consultam sempre a equipe gestora da escola que se faz presente nesses momentos.

Para auxiliar a gestão da escola tornando-a mais democrática contamos com alguns instrumentos como: Conselho Escolar e Conselho de Classe. Ainda falta na escola alguns órgãos como Grêmio Estudantil e Associação de pais, mas continuamos a lutar por mais espaços de participação em que todos possam contribuir para fortalecer as instâncias que já existem e implementar outras mais.

6 – RELAÇÕES DE TRABALHO

A escola é composta por um grupo de pessoas e, portanto, um grupo social e sociabilidade é condição para uma existência plena. Nesse sentido, é preciso buscar coletivamente um clima propício a relações de respeito, apoio e tolerância que objetive o crescimento deste grupo na busca por soluções dos problemas que são comuns a todos. Mas, nem sempre atuar em conjunto significa que não haja divergências de opiniões e pensamentos, afinal somos diferentes.

Cada pessoa que forma a comunidade escolar teve uma formação única, experiências familiares, formação de caráter e personalidade diferentes e, que acabam por influenciar a maneira como nos relacionamos com o outro. Não há como desvincular o ser humano de todo contexto em que ele vive, assim neste entrelaçamento entre o que vivemos e quem somos estabelecem-se as relações na Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz.

A relação entre professor e aluno é constantemente refletida em momentos em que os professores se reúnem. Eles falam das dificuldades enfrentadas diariamente, pois alguns alunos dizem simplesmente não estarem interessados nas aulas e que vem à escola por imposição dos pais ou do sistema que oferece uma

bolsa pecuniária para os alunos que são frequentes nas aulas. Mas, este comportamento não é comum, visto que esses casos são esporádicos e expressivamente relatados pelos professores dos anos finais onde os alunos atingem a adolescência ficando mais difícil que o professor consiga vencer a batalha invisível travada entre o que ele oferece e o que os alunos desejam da escola dos nossos dias.

É claro, como dissemos anteriormente, que desencontros e divergências são atos comuns em qualquer relação que envolva seres humanos, mas ainda assim pode-se dizer que a relação entre professor e aluno na Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz ainda é considerada boa. Em se tratando da realidade atual de todo o mundo, os casos de atrito entre professor e aluno são exceções no processo pedagógico, principalmente porque os professores têm plena consciência de que, o sucesso do seu trabalho e conseqüentemente do aluno, está estreitamente relacionado ao tipo de relação existente entre eles. A base para um ambiente favorável ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem é o respeito.

Fritzen (1987, p. 73) afirma que “as relações interpessoais constituem a medula da vida”, assim quando há respeito entre professor e aluno os conflitos podem ser resolvidos com mais eficiência. Valorizar as atitudes tomadas pelo aluno que demonstrem progresso no desenvolvimento de suas atitudes é um caminho a ser seguido e acaba por quebrar todo e qualquer complexo de inferioridade que possa haver nessa relação, pois somos iguais e o professor é também mediador da aprendizagem e ao mesmo tempo aprendiz.

A relação entre os professores é harmoniosa e quando há divergência elas são de opinião e não relacionada com a pessoa. Cultiva-se uma relação que traga a todos prazer e satisfação pois quando há agressão, ocorre o inverso disso, trazendo sensações de desconforto e mal estar. Os alunos também relacionam bem entre si. Casos de agressão física ou verbal não são uma constante no cotidiano escolar e quando eles ocorrem são geralmente gerados fora da escola e trazidos pelos alunos para dentro da instituição. Quando isso ocorre todos se esforçam para dirimir tais conflitos respeitando sempre a área de atuação de cada um, pois há situações de pouca gravidade que podem ser resolvidos pelos gestores, outras vezes é necessário a presença do Conselho Tutelar e, em casos extremos, pede-se suporte a Polícia Militar.

Cabe salientar que todos os casos e sua gravidade são expressos no Regimento Escolar, mas o que se busca é uma escola que acolha e que não exclua, dando oportunidade sempre ao aluno por considerá-lo um ser que está aprendendo não somente as letras mas, sobretudo, a ser cidadão.

No que se refere a relação do gestor com alunos, professores, pais e demais profissionais que trabalham na escola, pode-se dizer que ela é boa. De acordo com Cury (2001), a palavra gestão vem do verbo latino *gero, gessi, gestum, gerere* significa: “levar sobre si, carregar, gerar”. Isso significa que o gestor é responsável pelo bom desempenho das relações entre todos que compõem a escola. Sabe-se também que está não é uma tarefa simples e acaba por ser uma das maiores dificuldades, já que esta implica em gerenciar os conflitos dessa relação.

Nesse sentido busca-se uma relação que refute a imagem de um dirigente tecnocrático que apenas comanda seus subordinados, mas aquele que utiliza essa relação entre todos como meio eficaz para sua intervenção. Não se pode negar que existem especificidades hierárquicas no interior da escola, mas não se objetiva a perpetuação da diferença, mas a parceria entre todos, afinal gestão implica sempre a presença do outro.

Atuar em conjunto considerando a diversidade de pontos de vista deve ser sempre vista como uma ação que direciona o enriquecimento do grupo que tem a oportunidade de ampliar ou até mesmo mudar a forma como se vê as coisas. Espírito de trabalho coletivo, com diferenças que não se constituem entraves, é foco do trabalho e das relações existentes dentro do ambiente escolar.

7 – AVALIAÇÃO

A avaliação é uma das etapas mais importantes dentre os processos escolares, pois é através dela que obtemos os dados necessários à análise da qualidade do serviço educacional prestado pela escola. Esta concepção de avaliação é que permeia o ambiente escolar, já que nos últimos tempos temos caminhado para uma concepção de avaliação que busque subsídios para a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da nossa educação que é expressa através da consolidação da aprendizagem e formação do alunado.

De acordo com essa concepção, consideramos a avaliação como um instrumento de melhoria da educação à medida que ela identifica dificuldades e avanços para a partir daí, organizar as ações que darão aos alunos a oportunidade de, progredir nos estudos reafirmando o compromisso de ensinar cada vez mais e melhor.

A avaliação é algo que ocorre constantemente no cotidiano escolar, porém ela só ocorre de forma sistemática e organizada para os alunos que são avaliados desde o primeiro dia de aula pelo professor/supervisor/gestor como forma de direcionar o trabalho. O professor avalia o aluno de várias formas não utilizando somente avaliações escritas: as atitudes, as formas de interpretação, o caminho percorrido para concluir algo. Tudo é criteriosamente analisado na verificação dos avanços no processo de ensino aprendizagem dando à ela um caráter intencional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 em seu Artigo 24º, Capítulo II, inciso V estabelece que a verificação do rendimento escolar deve observar os seguintes critérios:

- Avaliação contínua do desempenho do aluno com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, assim como dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
- Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries, mediante verificação da aprendizagem.
- Aproveitamento dos estudos concluídos com êxito.
- Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (BRASIL, 1996, p.24)

Isso nos leva a refletir que esta lei é totalmente contra o fracasso escolar. É preciso que o professor verifique constantemente os avanços e dificuldades, que avaliem e até mesmo reformulem sua forma de ensinar, pois esta mesma lei deixa claro em seu artigo 13º, inciso III, que compete a eles “zelar pela aprendizagem dos alunos”. (Brasil, 1996, p.08)

A Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz estimula e acompanha a avaliação global do aluno que deverá possibilitar:

- Permanentemente informação sobre o desempenho do aluno em relação aos objetivos do currículo em vigor;
- a prática de avaliação contínua e processual, garantindo-se os meios necessários para a recuperação do aluno em todos os níveis da educação básica;

– o fornecimento de dados para auto-avaliação da escola e informação à comunidade, quanto aos resultados do trabalho escolar, nos termos da legislação em vigor.

A avaliação da aprendizagem será compatível com a organização curricular por ano, com o princípio da progressão continuada e deverá ter as seguintes características:

- Servirá como item de reorientação do processo de aprendizagem do aluno;
- deverá ser articulada, a fim de promover o aluno à fase seguinte, com apoio do conselho de classe, da família e responsável pela parte pedagógica da escola.

Os instrumentos e situações de avaliações serão os mais variados: escritos, orais, trabalhos, provas, pesquisas individuais, em duplas ou em grupos. Todas as atividades de ensino podem ser utilizadas para avaliar. Os resultados das avaliações devem ser expressos em observações, escritas constituindo uma referência para o aluno e para sua família sobre o que o mesmo já consolidou e o que ainda deverá ser consolidado.

Os pais ou responsáveis serão bimestralmente informados sobre o desempenho do aluno através do diário do professor, fichas de desempenho e boletim onde serão registrados os progressos, dificuldades e recomendações pedagógicas.

Os resultados da avaliação serão levados imediatamente ao conhecimento do aluno pelo professor onde serão analisados os progressos e dificuldades, seguidas por um momento de reflexão com o aluno dando a ele oportunidade de rever e refazer suas produções. Os alunos serão avaliados em cada disciplina e ao longo do processo, com apresentação periódica de resultados, de modo a permitir ao longo e ao final de cada ano letivo ou período, a apreciação do seu Desempenho pelo Conselho de Classe. Com base em avaliação realizada ao final de cada ano letivo, o conselho de Classe deverá recomendar à escola, dentre as alternativas curriculares oferecidas, a que melhor se adequar às características de cada aluno.

Em relação à avaliação não se pode exigir que todos os alunos desenvolvam as mesmas habilidades cognitivas a partir dos mesmos conteúdos e dentro do mesmo período de tempo. Ritmo, tempo, maneira de aprender são próprios de cada um, portanto, é necessário que o processo de avaliação seja capaz de distinguir as diferenças que se apresenta em classe e prover o professor de informações que lhe

permitam a cada momento, conhecer as necessidades dos alunos e progressos já alcançados.

Para tanto utiliza-se nesta escola das orientações da Resolução da SEE nº 2197 de 21 de outubro de 2012 que em seu Artigo 7º resolve:

A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela Escola e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE-, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB -, pelo Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA - e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - PAAE - devem ser considerados para elaboração, anualmente, pela Escola, do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP). (MINAS GERAIS, 2012, p.13).

Dessa forma a escola trabalha não somente com a avaliação interna, mas também com avaliações externas, sendo estas são as bases para a organização do que se pretende ensinar. Os alunos que por ventura não conseguem atingir o nível recomendável nas avaliações, recebem tratamento diferenciado, com novas oportunidades de aprenderem, dentro das possibilidades, para que eles possam prosseguir.

É dessa forma que o trabalho com avaliação é desenvolvido nesta instituição, permitindo que a equipe gestora tome decisões acertadas para alcançar a melhor qualidade de ensino possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse documento é uma referência para organização do trabalho escolar, ou seja, tudo que faremos está explicitado neste documento que procura diminuir a distância entre o real e o ideal recuperando e direcionando nossas ações que muitas vezes se esvaem na correria do cotidiano escolar. Cabe ressaltar, que ele não é somente resultado das proposições legais, mas é o fruto do nosso compromisso com a sociedade e com a educação do nosso país.

Ao ser elaborado, o Projeto Político Pedagógico considerou a cultura local, o cotidiano dos alunos e de toda a comunidade para tornar-se algo que representa cada um deles. Cabe a escola agora continuar cumprindo sua função social de formação de cidadãos através do saber escolarizado, tornando-os aptos a construir

sua própria linguagem, usar a informação e conhecimento como ferramentas para viver e conviver em um mundo em constante transformação.

Diante do exposto, fica claro que a sociedade atual anseia por participar das decisões relativas à escola que querem. O Projeto Político Pedagógico é a forma como esses desejos e anseios são expressos e como a escola pretende trabalhar para sanar as dificuldades existentes no cotidiano escolar. A participação na elaboração deste importante documento é um direito de pais, alunos e demais servidores da educação, sejam eles professores ou não, garantindo o princípio da gestão democrática do ensino público.

É claro que não existem soluções mágicas, é preciso desenvolver competências para enfrentar esses desafios envolvendo todos na dinâmica educativa, mas é para isso que serve o trabalho em equipe onde todos trabalham em espírito coletivo para um bem maior.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 02/06/2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____, (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática**. In: OLIVEIRA D. A. (org) Gestão democrática da educação. 3 ed. Rio de janeiro: Vozes. 2001.

_____. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12/06/2013.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12/06/2013.

_____. (Org.) **Financiamento da educação básica**. Campinas: Autores Associados; Goiânia: editora da UFG, 1999. Col. Polêmicas do nosso Tempo, v. 69.

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Território e Lugar: espaços da complexidade**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> . Acesso em: 10/07/1013

_____. **Avaliação institucional: elementos para discussão**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> . Acesso em: 10/07/1013

_____. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> . Acesso em: 22/07/2013

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPED, 2004. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 20/06/2013

FRITZEN, Silvino José. **Relações Humanas Interpessoais**. Petrópoles, RJ: Vozes, 1987.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. Disponível em: <<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias>>. Acesso em: 13/08/2013

GROSBAUN, Marta Wolak. **Progestão : Como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e sua permanência na escola?** Módulo IV - Brasília: Consed -Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo**. Currículo sem Fronteiras. v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www..org/curriculosemfronteiras/vol6iss2articles/lopes.pdf>> Acesso em: 10/06/2013

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 2.197, de 26 de outubro de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais**.

_____, Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 2.245, de 28 de dezembro de 2012. **Dispõe sobre a transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino**.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 10/06/2013.

_____. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços** - 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg> Acesso em: 18/06/2013

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto** - 2010. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>> . Acesso em: 04/06/2013

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. 2010. Disponível em <moodle3.mec.gov.br/ufmg> . Acesso em 02/06/2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al). **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 02/06/2013.

_____. **Avaliação institucional:: A avaliação da escola como instituição**. 2010. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>> . Acesso em: 08/06/2013